

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 291, DE 2024

Inclui as vacinas pneumocócica conjugada VPC 15 e contra a herpes zóster no Calendário Nacional de Vacinação do Adulto e Idoso, amplia a sua cobertura por planos de saúde e dá outras providências.

Autor: Deputado DOMINGOS NETO

Relator: Deputado GERALDO RESENDE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 291, de 2024, por meio de seus dispositivos, busca promover a ampliação do rol de vacinas contempladas no Calendário Nacional de Vacinação do Adulto e Idoso, adicionando as vacinas pneumocócica conjugada VPC 15 e contra a herpes zóster. Tal medida visa a aprimorar a proteção e a saúde da população adulta e idosa, em face do risco significativo representado por essas doenças. O artigo 3º do projeto estabelece que o Sistema Único de Saúde (SUS) será responsável por disponibilizar os recursos necessários para a implementação das novas vacinas e garantir o acesso da população beneficiária.

Além disso, o PL propõe uma alteração no art. 10, § 4º, da Lei nº 9.656, de 1998, que trata da amplitude das coberturas nos planos de saúde. Com a modificação, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) passaria a ser responsável por estabelecer a cobertura também de vacinas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

Na justificação, o autor destaca que estudos indicam que o acesso às vacinas de que trata o PL é imprescindível para promover a longevidade e a qualidade de vida, reduzindo o risco de complicações



associadas ao envelhecimento. Acrescenta que a inclusão das vacinas no SUS e a ampliação da cobertura pelos planos de saúde são estratégias para prevenir doenças infecciosas e diminuir a sobrecarga nos sistemas de saúde. Ressalta que essas medidas não apenas protegem os indivíduos, mas também contribuem para a saúde coletiva e a sustentabilidade do sistema de saúde.

Este PL, que tramita em regime ordinário, foi distribuído, em caráter conclusivo, às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO), e de Saúde (CSAUDE), para análise do mérito, de Finanças e Tributação (CFT), para apreciação da sua adequação financeira e orçamentária, e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Na CIDOSO, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa a apreciação do Projeto de Lei nº 291, de 2024, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes ao seu campo temático e às suas áreas de atividade, nos termos regimentais.

Informamos que o enfoque da CIDOSO, neste caso, é a contribuição desse PL para os direitos das pessoas idosas. As demais questões relacionadas à Saúde Pública, bem como à adequação financeira e orçamentária e à constitucionalidade e à juridicidade das matérias serão examinadas pelas próximas comissões a que forem encaminhadas.

O Projeto de Lei nº 291, de 2024, desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, ao ampliar o Calendário Nacional de Vacinação do Adulto e Idoso, adicionando as vacinas pneumocócica conjugada VPC 15 e contra a herpes zóster. Dados recentes do Ministério da Saúde revelam um aumento preocupante na incidência de



doenças pneumocócicas, como pneumonia, meningite e sepse, especialmente entre idosos e adultos. No Brasil, o Sistema Único de Saúde registra, anualmente, mais de 600 mil internações por Pneumonia Adquirida na Comunidade (PAC) e Influenza. Conforme o Ministério da Saúde, houve 44.523 mortes por pneumonia de janeiro a agosto de 2022. No mesmo período de 2021, foram 31.027 óbitos¹.

Ao mesmo tempo, o herpes zóster tem apresentado uma tendência alarmante de aumento nos últimos anos. De acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), houve um aumento de 20% nos casos notificados entre 2019 e 2023, com uma média de 70 mil novos casos por ano. Essas estatísticas destacam a urgência de medidas preventivas para proteger a população contra essas doenças. Se compararmos o número de casos antes e depois da pandemia, estudo realizado por pesquisadores da Universidade Estadual de Montes Claros mostra que os casos da doença subiram 35% após a chegada do coronavírus ao País².

A inclusão das vacinas no Calendário Nacional de Vacinação do Adulto e Idoso é essencial para garantir o acesso igualitário à imunização. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui mais de 30 milhões de pessoas com mais de 60 anos, representando cerca de 15% da população total³. As vacinas pneumocócica conjugada VPC 15 e contra a herpes zóster são fundamentais para proteger esse grupo vulnerável contra doenças que podem ter impactos devastadores em sua saúde e qualidade de vida.

Além disso, a proposta de alteração na Lei nº 9.656, de 1998, é fundamental para garantir que os beneficiários de planos de saúde também tenham acesso às vacinas, aliviando a carga sobre o sistema público de saúde. Estudos mostram que a imunização eficaz contra doenças infecciosas não só reduz os custos relacionados ao tratamento de complicações, mas também contribui para a redução das taxas de hospitalização e mortalidade.

¹ <https://bvsmms.saude.gov.br/12-11-dia-mundial-da-pneumonia-3/>

² <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1201971221001193>

³ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos#:~:text=J%C3%A1%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20idosa%20de,sexo%2C%20do%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022.>



Portanto, considerando o impacto positivo dessas medidas para a população de pessoas idosas deste País, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 291, de 2024, com substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado GERALDO RESENDE
Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 291, DE 2024

Inclui as vacinas pneumocócica conjugada VPC 15 e contra a herpes zóster no Calendário Nacional de Vacinação do Adulto e Idoso, amplia a sua cobertura por planos de saúde e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei amplia o rol de vacinas constantes do Calendário Nacional de Vacinação do Adulto e Idoso.

Art. 2º Autoriza a inclusão da vacina conjugada pneumocócica 15-valente e contra a herpes zoster no Calendário Nacional de Vacinação do Adulto e Idoso, nos termos do art. 19-Q e 19-R da Lei 8.080 de 19 setembro de 1990.

Art. 3º O Sistema Único de Saúde – SUS, disponibilizará os meios necessários à consecução do disposto nesta Lei.

Art. 4º O art. 10, § 4º da Lei nº 9.656, de 3 junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º A amplitude das coberturas no âmbito da saúde suplementar, inclusive de vacinas, transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será estabelecida em norma editada pela ANS, que publicará rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar, atualizado a cada incorporação.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado GERALDO RESENDE
Relator

Apresentação: 15/05/2024 16:35:30.380 - CIDOSO
PRL 2 CIDOSO => PL 291/2024

PRL n.2

